

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE
ANALISTA FISCAL TRIBUTÁRIO

NOME DO CANDIDATO:	NÚMERO DE INSCRIÇÃO:
--------------------	----------------------

<p>VOCÊ RECEBEU DO FISCAL DE SALA ESTE CADERNO DE QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Verifique se o mesmo corresponde à sua opção de cargo, caso contrário, comunique tal fato imediatamente ao Fiscal de Sala, pois não serão aceitas reclamações posteriores. 2. Para cada questão existe apenas UMA única alternativa adequada. 3. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente em sala, por questões de segurança, durante o período mínimo de 30 (TRINTA) minutos após o início da prova. 4. O tempo disponível para a realização da prova corresponde a 03 (três) horas, intervalo este que compreende não só a resolução das questões objetivas, mas também o preenchimento da Cartão de Resposta. 5. Reserve pelo menos os 20 minutos finais para marcar seu Cartão de Resposta. 6. Os rascunhos e as marcações assinaladas no presente Caderno de Questões não serão considerados na avaliação. 7. Após 2 (duas) horas do início das provas, o candidato poderá levar o caderno de questões. 8. A saída do prédio deverá ser em silêncio, pois não será permitida a permanência de nenhum candidato após o término da prova, nem qualquer aglomeração nos corredores ou arredores do prédio da realização das provas. 	<p>O candidato estará sujeito à ELIMINAÇÃO do concurso nas seguintes situações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ausentar-se da sala em que se realiza a prova levando consigo a qualquer horário o Cartão de Resposta ou o Caderno de Questões caso saia antes de 2h de prova. 2. Utilizar-se, durante a realização da prova, de máquinas e/ou relógios de calcular, Smartwatch bem como rádios gravadores, "headphones", telefones celulares ou fonte de consulta de qualquer espécie, descritos ou não no edital. 3. Comunicar-se com qualquer outro candidato. 4. Deixar de assinar o Cartão de Resposta. 5. Faltar com o devido respeito ante a autoridade do Fiscal de Sala ou qualquer outro membro da aplicação do concurso. <hr/> <p>Divulgação das provas e do gabarito preliminar:</p> <p>"Prezado(a) candidato(a), todas as informações essenciais do concurso estarão disponíveis de forma prática e acessível através do QR Code abaixo, que o levará a página relativa ao Concurso em nosso site. Fique atento(a) e utilize o código para obter detalhes sobre o Gabarito, Editais de Convocação para Provas Práticas ou Provas de Títulos (quando for o necessário para o cargo), Homologação, datas para entrega de documentação e demais instruções para o seu sucesso nessa jornada rumo à aprovação. Boa sorte!"</p> <div style="text-align: right;">  </div> <p style="text-align: center;">www.facetconcursos.com.br</p>
---	--

Ao terminar a prova **em tempo inferior a 02 (duas) horas**, chame o fiscal de sala, verifique se assinou corretamente e preencheu o Cartão de Resposta. **DEVOLVA** todo o material junto com esse Caderno de Questões, sendo permitido apenas destacar nesta 1ª folha do Caderno de Questões esta fita de respostas, onde nela o candidato deverá anotar o rascunho do seu gabarito.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Identifique o predicativo do objeto na frase: “Ela chamou o tio de convencido.”

- a) Ela.
- b) Chamou.
- c) O tio.
- d) De convencido.
- e) Nenhuma das opções.

2. Identifique o predicativo do sujeito na frase: “Ela refez as questões concentrada.”

- a) Nenhuma das opções.
- b) Ela.
- c) Refez.
- d) As questões.
- e) Concentrada.

3. Identifique a transitividade do verbo a seguir: “Ao homem, ainda lhe restam esperanças.”

- a) Verbo transitivo.
- b) Verbo transitivo direto.
- c) Verbo transitivo indireto.
- d) Intransitivo.
- e) Verbo transitivo direto e indireto.

4. Assinale a alternativa incorreta quanto ao uso da crase:

- a) O jantar será uma lasanha à moda italiana.
- b) Ela se propôs à cozinhar antes mesmo que ele chegasse.
- c) Irei responder às suas perguntas mais tarde.
- d) Hoje à noite eu irei comer macarrão.
- e) Ela disse à amiga que viajaria para a Itália.

5. Identifique a frase que está com a colocação pronominal inadequada:

- a) Eu estava te ajudando desde ontem.
- b) Nunca o vi assim.
- c) Havia avisado-lhe mais cedo que iria na casa dele.
- d) Não te encontrarei hoje.
- e) Isso me lembra algo.

6. Quantos fonemas há na palavra ônibus?

- a) 2 fonemas.
- b) 3 fonemas.

- c) 4 fonemas.
- d) 5 fonemas.
- e) 6 fonemas.

7. Assinale a alternativa que contém um par de parônimos:

- a) Inflação – Infração.
- b) Colher – Colher.
- c) Luta – Batalha.
- d) Condena – Esmaga.
- e) Cedo – Tarde.

8. Assinale a alternativa que contém um erro de concordância:

- a) Maria e José conversaram até de madrugada.
- b) Discursaram diretor e professores.
- c) Você e ele falam outra língua?
- d) A língua francesa e a italiana é encantadora.
- e) Vocabulário e pronúncia perfeitos.

9. Assinale a alternativa em que o “Se” é uma conjunção integrante:

- a) Eu perguntei se ele fará a prova.
- b) Eles se cumprimentaram.
- c) Ela suicidou-se.
- d) Confia-se em Deus.
- e) Deu-se um presente ao senhor.

10. Assinale a alternativa que não contém um exemplo de vício de linguagem:

- a) Cacofonia.
- b) Ambiguidade.
- c) Arcadismo.
- d) Pleonasma.
- e) Eco.

11. Identifique qual é o vício de linguagem presente na frase a seguir: “Vamos no cinema.”

- a) Hiato.
- b) Cacófato.
- c) Plebeísmo.
- d) Colisão.
- e) Solecismo.

12. Identifique a tipologia textual predominante e presente no trecho a seguir:

“(…) Também andavam, entre eles, quatro ou cinco mulheres moças, nuas como eles, que não pareciam

mal. Entre elas andava uma com uma coxa, do joelho até o quadril, e a nádega, toda tinta daquela tintura preta; e o resto, tudo da sua própria cor. Outra trazia ambos os joelhos, com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia nenhuma vergonha. Também andava aí outra mulher moça com um menino ou menina ao colo, atado com um pano (não sei de quê) aos peitos, de modo que apenas as perninhas lhe apareciam. Mas as pernas da mãe e o resto não traziam pano algum."
(Carta de Pero Vaz de Caminha)

- a) Descritivo.
- b) Narrativo.
- c) Argumentativo.
- d) Injuntivo.
- e) Expositivo.

13. Qual dos elementos a seguir não devem constar em um memorando?

- a) Nome do memorando.
- b) Nome do emissor do memorando.
- c) Data de emissão do memorando.
- d) Número de páginas do memorando.
- e) Assinatura final.

14. Identifique o gênero textual do texto a seguir:

A biomassa já responde por quase 10% da matriz energética brasileira e hoje é uma das principais linhas de pesquisa no país. Inclusive, já tem empresa produzindo a própria energia a partir da casca de arroz e de aveia.

A maioria dos brasileiros pode até não saber o que é biomassa, mas ela está pertinho da gente, todo santo dia.

"Biomassa é toda matéria de origem vegetal ou animal que inclui resíduos, inclui plantações energéticas, inclui plantações de árvores, que podem ser também aproveitadas energeticamente e, até mesmo, resíduos sólidos urbanos, como, por exemplo, o lixo das cidades, resíduos rurais e resíduos de animais", explica Suani Coelho, coordenadora do Centro Nacional de Referência em Biomassa da USP (Universidade de São Paulo).

É difícil imaginar um país com mais biomassa que o Brasil e com tanto potencial. A biomassa responde por 9,53% da matriz energética brasileira.

Destaque para o bagaço de cana, resíduos florestais, lichivia, que é um subproduto da indústria papeleira, biogás do lixo e de resíduos agropecuários, casca de arroz, entre outras fontes. Mas, segundo os cientistas, o potencial de exploração energética da biomassa do nosso país equivaleria em uma conta conservadora a pelo menos quatro hidrelétricas de Itaipu.

- a) Notícia.
- b) Reportagem.
- c) Texto narrativo.

- d) Argumentativo.
- e) Dissertativo.

15. Assinale a alternativa que não contém um exemplo de memorando.

- a) Nenhuma das alternativas.
- b) Memorando principal.
- c) Memorando comercial.
- d) Memorando interno.
- e) Memorando externo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Poderes da Administração

Os poderes da administração pública se manifestam em diferentes formas, sendo essenciais para a organização e funcionamento do Estado. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

1. O poder vinculado refere-se à atuação administrativa estritamente conforme a lei, sem margem de discricionariedade para o administrador (Di Pietro, 2016).
2. O poder discricionário permite que a administração escolha, dentre as opções legais, a que melhor atende ao interesse público, observando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade (Meirelles, 2015).
3. O poder hierárquico permite a organização interna da administração pública, incluindo a delegação e avocação de competências (Justen Filho, 2019).
4. O poder disciplinar é exercido pela administração pública para aplicar sanções a servidores e particulares que mantenham relação jurídica específica com o Estado (Sundfeld, 2019).
5. O poder regulamentar permite à administração pública expedir atos normativos com o objetivo de detalhar a lei, criando novas obrigações aos administrados (Carvalho Filho, 2018).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas 2, 3 e 5 são corroboradas pela literatura acadêmica.
- c) Apenas as afirmativas 2, 3 e 4 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- d) Apenas as afirmativas 1, 3 e 5 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.
- e) Apenas as afirmativas 1, 2, 4 e 5 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.

17. O Poder de Polícia: Conceito, Finalidade e Condições de Validade

O poder de polícia é um dos mais importantes instrumentos da administração pública para regular atividades privadas e garantir o interesse público. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

1. O poder de polícia é a atividade do Estado que restringe direitos individuais para proteger o interesse coletivo, mediante controle e fiscalização de atividades privadas (Di Pietro, 2016).
2. A finalidade do poder de polícia é garantir a ordem pública, a segurança, a salubridade e a tranquilidade social (Meirelles, 2015).
3. A validade do poder de polícia está condicionada à observância dos princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade e eficiência (Carvalho Filho, 2018).
4. O poder de polícia pode ser exercido discriminatoriamente, sem necessidade de fundamentação ou limites legais (Justen Filho, 2019).
5. A delegação do poder de polícia a entidades privadas é permitida, desde que haja previsão legal específica e controle estatal efetivo (Sundfeld, 2019).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 5 são corroboradas pela literatura acadêmica.
- c) Apenas as afirmativas 2, 3, 4 e 5 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- d) Apenas as afirmativas 1, 2, 4 e 5 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.
- e) Apenas as afirmativas 1, 2 e 4 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.

18. Intervenção do Estado na Propriedade

A intervenção do Estado na propriedade privada pode se dar por diferentes modalidades, cada uma com seus próprios fundamentos e procedimentos. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

1. A desapropriação é a transferência compulsória da propriedade privada para o poder público, mediante prévia e justa indenização (Di Pietro, 2016).
2. A servidão administrativa é uma restrição imposta pelo poder público sobre a propriedade privada para a realização de obras ou serviços de interesse coletivo, sem transferência de domínio (Justen Filho, 2019).
3. A requisição administrativa é a utilização compulsória e temporária de bens privados pelo poder público, em situações de iminente perigo público, com posterior indenização se houver dano (Carvalho Filho, 2018).
4. A ocupação temporária é a utilização de propriedade privada pelo poder público para fins de obras ou serviços públicos, com

obrigação de indenizar pelo uso e eventual dano (Meirelles, 2015).

5. A limitação administrativa é uma intervenção mais branda, impondo restrições ao uso da propriedade privada, sem transferência de domínio ou posse, geralmente para assegurar a segurança, salubridade e estética urbana (Sundfeld, 2019).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas 2, 3 e 4 são corroboradas pela literatura acadêmica.
- c) Apenas as afirmativas 1, 3 e 5 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- d) Apenas as afirmativas 1, 4 e 5 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.
- e) Apenas as afirmativas 2, 4 e 5 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.

19. Direito de Construir e seu Exercício

O direito de construir é um aspecto relevante do direito de propriedade, regulado por normas urbanísticas. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

1. O direito de construir é inerente ao direito de propriedade, mas está sujeito às limitações e condições estabelecidas pelo poder público para assegurar o ordenamento urbano (Hely Lopes Meirelles, 2015).
2. O exercício do direito de construir depende da obtenção de alvará de construção, expedido pela autoridade municipal competente, conforme os parâmetros urbanísticos vigentes (Di Pietro, 2016).
3. As limitações ao direito de construir incluem o respeito às normas de zoneamento, gabarito, recuo, coeficiente de aproveitamento e índices de permeabilidade (Sundfeld, 2019).
4. O descumprimento das normas urbanísticas pode resultar em sanções administrativas, como embargo da obra, demolição de construções irregulares e multas (Carvalho Filho, 2018).
5. A concessão do direito de construir é irrevogável e definitiva, não podendo ser alterada ou revogada pela administração pública após a expedição do alvará (Justen Filho, 2019).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas 1, 2 e 4 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.
- c) Apenas as afirmativas 2, 3, 4 e 5 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- d) Apenas as afirmativas 1, 4 e 5 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.

- e) Apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 4 são corroboradas pela literatura acadêmica.

20. Loteamento e Zoneamento

O loteamento e o zoneamento são instrumentos urbanísticos utilizados pelo poder público para ordenar o uso e a ocupação do solo urbano. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

1. O loteamento é a subdivisão de uma gleba em lotes destinados à edificação, mediante aprovação do poder público e cumprimento das exigências legais de infraestrutura urbana (Carvalho Filho, 2018).
2. O zoneamento é o instrumento que estabelece o uso permitido para cada área da cidade, diferenciando zonas residenciais, comerciais, industriais e mistas (Di Pietro, 2016).
3. A aprovação de projetos de loteamento deve considerar a conformidade com o plano diretor municipal e as normas de uso do solo, garantindo a adequação das infraestruturas de água, esgoto, energia elétrica e vias públicas (Meirelles, 2015).
4. O descumprimento das normas de loteamento pode resultar em sanções administrativas, como a anulação do loteamento e a imposição de multas aos responsáveis (Sundfeld, 2019).
5. O zoneamento é uma norma de caráter transitório, podendo ser alterada a qualquer momento pelo poder público, sem necessidade de consulta pública ou participação da comunidade (Justen Filho, 2019).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas 1, 4 e 5 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.
- c) Apenas as afirmativas 2, 3 e 4 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- d) Apenas as afirmativas 1, 2 e 3 são corroboradas pela literatura acadêmica.
- e) Apenas as afirmativas 1, 2 e 4 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.

21. Princípios Básicos da Administração

Os princípios básicos da administração pública norteiam a atuação dos agentes públicos e garantem a legalidade dos atos administrativos. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

1. O princípio da legalidade exige que a administração pública atue estritamente conforme a lei, não podendo praticar atos além dos limites legais (Di Pietro, 2016).
2. O princípio da impessoalidade obriga que os atos administrativos sejam realizados com base em critérios objetivos e imparciais, sem favorecimentos ou discriminações (Carvalho Filho, 2018).

3. O princípio da moralidade impõe que os agentes públicos atuem com probidade, honestidade e ética, observando os padrões de conduta exigidos pela sociedade (Justen Filho, 2019).
4. O princípio da publicidade assegura a transparência dos atos administrativos, garantindo o acesso à informação por parte dos cidadãos (Meirelles, 2015).
5. O princípio da eficiência exige que a administração pública preste serviços de qualidade, com celeridade e aproveitamento ótimo dos recursos disponíveis (Sundfeld, 2019).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas 1, 2 e 3 são corroboradas pela literatura acadêmica.
- c) Apenas as afirmativas 2, 3 e 4 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- d) Apenas as afirmativas 1, 4 e 5 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.
- e) Apenas as afirmativas 1, 2 e 4 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.

22. Responsabilidade Civil da Administração: Reparação do Dano

A responsabilidade civil da administração pública refere-se à obrigação de reparar danos causados a terceiros por atos administrativos. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

1. A responsabilidade civil da administração pública é objetiva, baseando-se na teoria do risco administrativo, que dispensa a comprovação de culpa do agente público (Di Pietro, 2016).
2. Para a reparação do dano, é necessário comprovar o nexos causal entre o ato administrativo e o prejuízo sofrido pelo particular (Carvalho Filho, 2018).
3. A administração pública pode ser responsabilizada tanto por atos comissivos quanto por omissivos que resultem em prejuízos a terceiros (Justen Filho, 2019).
4. A responsabilidade civil abrange tanto os danos materiais quanto os morais, sendo devida a indenização proporcional ao prejuízo comprovado (Meirelles, 2015).
5. Em caso de dolo ou culpa grave, a administração pública pode exigir o ressarcimento do valor pago a título de indenização do agente público responsável (Sundfeld, 2019).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.

- b) Apenas as afirmativas 1, 2 e 3 são corroboradas pela literatura acadêmica.
- c) Apenas as afirmativas 2, 3 e 4 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- d) Apenas as afirmativas 1, 3 e 5 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.
- e) Apenas as afirmativas 1, 4 e 5 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.

23. Enriquecimento Ilícito e Uso e Abuso do Poder

O enriquecimento ilícito e o uso e abuso do poder são questões críticas na administração pública. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

1. O enriquecimento ilícito ocorre quando o agente público obtém vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de sua função, violando os princípios da moralidade e da legalidade (Carvalho Filho, 2018).
2. O uso do poder administrativo deve sempre observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, evitando excessos e abusos (Di Pietro, 2016).
3. O abuso de poder pode se manifestar de duas formas: excesso de poder, quando o agente atua além de suas competências, e desvio de poder, quando age com finalidade diversa da prevista em lei (Justen Filho, 2019).
4. As sanções para o enriquecimento ilícito e o abuso de poder incluem a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos e a obrigação de ressarcir o erário (Sundfeld, 2019).
5. A jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) considera a prática de nepotismo uma forma de abuso de poder, vedada pela Súmula Vinculante nº 13 (Meirelles, 2015).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas 1, 2 e 3 são corroboradas pela literatura acadêmica.
- c) Apenas as afirmativas 2, 3 e 5 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- d) Apenas as afirmativas 1, 4 e 5 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.
- e) Apenas as afirmativas 1, 2 e 4 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.

24. Organização Administrativa: Noções Gerais

A organização administrativa no Brasil possui estrutura complexa e é dividida em administração direta e indireta. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

1. A administração direta é composta pelos órgãos integrantes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com personalidade

jurídica própria e autonomia administrativa (Di Pietro, 2016).

2. A administração indireta é formada por entidades que possuem personalidade jurídica própria, como autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, executando atividades descentralizadas do Estado (Justen Filho, 2019).
3. As autarquias são entidades autônomas, criadas por lei específica, com patrimônio próprio e capacidade de autoadministração, exercendo funções típicas da administração pública (Carvalho Filho, 2018).
4. As fundações públicas, apesar de possuírem autonomia administrativa, dependem integralmente de recursos do Tesouro para seu funcionamento e não possuem patrimônio próprio (Meirelles, 2015).
5. As empresas públicas e sociedades de economia mista operam sob regime de direito privado, mas estão sujeitas a controle administrativo e fiscalização pelo Tribunal de Contas (Sundfeld, 2019).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas 1, 3 e 4 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- c) Apenas as afirmativas 2, 3 e 5 são corroboradas pela literatura acadêmica.
- d) Apenas as afirmativas 1, 2, 4 e 5 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.
- e) Apenas as afirmativas 1, 3, 4 e 5 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.

25. Desapropriação

A desapropriação é um processo complexo que envolve a transferência compulsória de propriedade privada para o poder público. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

1. Bens suscetíveis de desapropriação incluem tanto imóveis quanto móveis, desde que atendam ao interesse público, como imóveis urbanos e rurais, veículos e equipamentos (Di Pietro, 2016).
2. A competência para decretar a desapropriação é compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, dependendo da destinação e do interesse envolvido (Justen Filho, 2019).
3. A desapropriação judicial ocorre quando não há acordo entre o poder público e o proprietário, sendo necessária a intervenção do Judiciário para resolver o litígio e autorizar a imissão na posse (Carvalho Filho, 2018).
4. A indenização pela desapropriação deve ser justa, prévia e em dinheiro, abrangendo o valor do bem expropriado e eventuais danos

emergentes e lucros cessantes (Meirelles, 2015).

5. A caducidade da desapropriação ocorre quando o ente expropriante não utiliza o bem para o fim declarado ou não inicia a obra no prazo estabelecido, revertendo a propriedade ao expropriado (Sundfeld, 2019).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas 2, 4 e 5 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.
- c) Apenas as afirmativas 1, 3 e 5 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- d) Apenas as afirmativas 1, 4 e 5 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.
- e) Apenas as afirmativas 2, 3, 4 e 5 são corroboradas pela literatura acadêmica.

26. Tributos Municipais: ISS e IPTU

Os tributos municipais, como o ISS e o IPTU, são essenciais para a arrecadação e manutenção dos serviços públicos locais. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

1. O Imposto Sobre Serviços (ISS) incide sobre a prestação de serviços de qualquer natureza, exceto aqueles expressamente excluídos pela Lei Complementar nº 116/2003 (Machado, 2019).
2. O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é calculado com base no valor venal do imóvel, levando em consideração sua localização, destinação e características (Carrazza, 2017).
3. As taxas de exercício do poder de polícia são cobradas pelo Município para a fiscalização e controle de atividades privadas, como a licença para funcionamento de estabelecimentos (Ferreira, 2018).
4. A contribuição de melhoria é devida pelos proprietários de imóveis beneficiados por obras públicas, sendo o valor limitado ao custo total da obra e proporcional ao benefício auferido (Sabbag, 2018).
5. A imunidade recíproca impede que um ente federativo cobre tributos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros, aplicando-se exclusivamente aos impostos e às taxas (Sabbag, 2018).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas 1, 2 e 4 são corroboradas pela literatura acadêmica.
- c) Apenas as afirmativas 2, 3 e 5 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- d) Apenas as afirmativas 1, 3 e 5 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.

- e) Apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 5 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.

27. Limitações da Competência Tributária

As limitações da competência tributária estabelecem os limites e condições para a atuação dos entes federativos na cobrança de tributos. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

1. As limitações da competência tributária são estabelecidas pela Constituição Federal, que define as competências exclusivas e concorrentes dos entes federativos (Di Pietro, 2016).
2. O artigo 156 da Constituição Federal confere aos Municípios a competência para instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana, transmissão de bens imóveis e serviços de qualquer natureza (Carvalho Filho, 2018).
3. As imunidades tributárias, como as concedidas a templos de qualquer culto e partidos políticos, são uma forma de limitação ao poder de tributar dos entes federativos (Sundfeld, 2019).
4. A vedação de tributar atos e operações que envolvam a exportação de serviços é uma limitação imposta pela Constituição Federal, visando estimular o comércio exterior (Machado, 2019).
5. As limitações da competência tributária garantem a não cumulatividade do ICMS e do IPI, evitando a incidência de tributos em cascata (Carrazza, 2017).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas 2, 3 e 4 são corroboradas pela literatura acadêmica.
- c) Apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 4 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- d) Apenas as afirmativas 1, 3 e 5 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.
- e) Apenas as afirmativas 1, 2 e 3 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.

28. Crédito Tributário

O crédito tributário é constituído por meio do lançamento e tem importância fundamental na arrecadação tributária. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

1. O crédito tributário é a obrigação pecuniária que o contribuinte deve ao Fisco, constituída por meio do lançamento tributário (Sabbag, 2018).
2. O lançamento é um procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador, determina a matéria tributável, calcula

o montante do tributo devido e identifica o sujeito passivo (Machado, 2019).

3. A constituição do crédito tributário pode ser alterada por meio de impugnação administrativa, recurso voluntário ou revisão de ofício (Carvalho Filho, 2018).
4. A prescrição do crédito tributário ocorre após cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, salvo interrupções previstas em lei (Meirelles, 2015).
5. A anulação do lançamento por vício formal ou material implica a extinção do crédito tributário, sem possibilidade de nova constituição (Sundfeld, 2019).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas 1, 3 e 5 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.
- c) Apenas as afirmativas 1, 2 e 5 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- d) Apenas as afirmativas 2, 3 e 4 são corroboradas pela literatura acadêmica.
- e) Apenas as afirmativas 1, 2, 4 e 5 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.

29. Fiscalização Tributária

A fiscalização tributária é essencial para assegurar o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

1. A fiscalização tributária é a atividade administrativa que verifica o cumprimento das obrigações tributárias, podendo realizar diligências, auditorias e inspeções (Carvalho Filho, 2018).
2. Os agentes fiscais possuem poderes de polícia para entrar em estabelecimentos comerciais, examinar livros e documentos, independentemente de prévia autorização judicial (Machado, 2019).
3. A recusa injustificada à fiscalização pode resultar na aplicação de multas, embargo de atividades e até representação penal por crime de sonegação fiscal (Sabbag, 2018).
4. O sigilo fiscal deve ser observado pelos agentes fiscais, sendo permitido o compartilhamento de informações apenas com outras autoridades fiscais ou judiciais em caso de investigação (Meirelles, 2015).
5. A fiscalização tributária é de competência exclusiva da Receita Federal, não podendo ser delegada a outras entidades ou órgãos públicos (Sundfeld, 2019).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.

- b) As afirmativas 1, 3 e 4 são corroboradas pela literatura acadêmica.
- c) As afirmativas 1, 2 e 5 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- d) As afirmativas 1, 3 e 5 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.
- e) Apenas as afirmativas 2, 3 e 4 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.

30. Infrações e Penalidades Conforme o Código Tributário

As infrações tributárias e suas respectivas penalidades são disciplinadas pelo Código Tributário Nacional. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

1. As infrações tributárias são atos praticados pelo contribuinte que violam as normas tributárias, podendo ser cometidas por ação ou omissão (Sabbag, 2018).
2. As penalidades tributárias podem incluir multas, juros de mora, perda de benefícios fiscais e interdição de estabelecimentos (Machado, 2019).
3. A multa punitiva é aplicada para penalizar infrações intencionais, enquanto a multa moratória visa compensar o atraso no pagamento do tributo devido (Carvalho Filho, 2018).
4. A responsabilidade por infrações tributárias pode ser pessoal, quando imputada diretamente ao contribuinte, ou solidária, quando há co-responsabilidade de terceiros (Meirelles, 2015).
5. A anistia tributária é um benefício concedido pelo ente tributante que extingue a responsabilidade pela infração cometida, desde que cumpridas as condições estabelecidas em lei (Sundfeld, 2019).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas 2, 3 e 4 são corroboradas pela literatura acadêmica.
- c) Apenas as afirmativas 1, 3 e 5 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- d) Apenas as afirmativas 1, 2 e 4 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.
- e) Apenas as afirmativas 1, 2 e 5 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.

31. Direitos e Deveres dos Servidores Públicos

Os servidores públicos são fundamentais para a administração pública, e seus direitos e deveres são cuidadosamente delineados para assegurar a eficácia e a integridade no serviço público. Avalie a afirmação a seguir:

"Os servidores públicos têm direito à estabilidade após três anos de efetivo serviço, conforme garantido pela

Constituição Federal, sujeitos a uma avaliação de desempenho satisfatória. Além disso, devem cumprir com deveres como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, que são os princípios básicos da administração pública."

- a) A afirmação é completamente precisa, refletindo corretamente a situação dos servidores públicos.
- b) A descrição é imprecisa porque a estabilidade só é garantida após dois anos de serviço efetivo.
- c) A estabilidade é concedida automaticamente, sem necessidade de avaliação de desempenho.
- d) Os deveres listados não se aplicam aos servidores públicos, mas apenas aos administradores públicos eleitos.
- e) A avaliação de desempenho não é um requisito para a obtenção de estabilidade no serviço público.

32. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo

Os princípios constitucionais que orientam a administração pública são cruciais para garantir que o governo opere de forma justa, transparente e eficaz. Considere a seguinte explanação sobre esses princípios:

"Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência formam a base da administração pública no Brasil. Estes princípios não apenas orientam as ações dos administradores, mas também servem como critérios de avaliação e controle da administração pública por parte dos órgãos de fiscalização e do Poder Judiciário."

- a) A explanação é correta e abrangente dos princípios da administração pública.
- b) A eficiência não é um princípio constitucional reconhecido no Brasil.
- c) A impessoalidade é aplicável apenas no contexto de contratações e licitações.
- d) A moralidade não é um critério para a avaliação da administração pública.
- e) A publicidade se refere exclusivamente à publicação de atos administrativos em meios oficiais.

33. Constituição: Conceito, Objeto e Classificação

A Constituição é a lei fundamental e suprema de um Estado, estabelecendo as bases de sua estrutura e funcionamento. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

- 1. A Constituição pode ser entendida como um conjunto de normas jurídicas fundamentais que organizam o Estado, regulam os direitos e deveres dos cidadãos e estabelecem os

princípios fundamentais da ordem jurídica (Alexy, 2010).

- 2. O objeto da Constituição inclui a disciplina dos direitos fundamentais, a organização dos poderes e a definição dos princípios e diretrizes que orientam a vida política e social do Estado (Canotilho, 2013).
- 3. As Constituições podem ser classificadas em dogmáticas, quando resultam de um ato de vontade constituinte, e históricas, quando se formam gradualmente ao longo do tempo (Ferraz Jr., 2016).
- 4. A classificação das Constituições em rígidas e flexíveis depende exclusivamente da dificuldade procedimental para sua alteração, sendo que as rígidas exigem processos legislativos mais complexos para emendas (Silva, 2019).
- 5. A Constituição Federal de 1988 é classificada como uma Constituição analítica, pois contém um extenso detalhamento das normas, princípios e direitos fundamentais, diferentemente das Constituições sintéticas (Bonavides, 2018).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas 1, 2 e 3 são corroboradas pela literatura acadêmica.
- c) As afirmativas 1, 2 e 5 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- d) Apenas as afirmativas 3, 4 e 5 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.
- e) Apenas as afirmativas 2, 3 e 4 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.

34. Supremacia da Constituição

A supremacia da Constituição é um princípio fundamental do direito constitucional que assegura sua preeminência sobre todas as outras normas jurídicas. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

- 1. A supremacia da Constituição significa que todas as normas e atos do poder público devem estar em conformidade com o texto constitucional, sob pena de serem considerados nulos (Canotilho, 2013).
- 2. A supremacia formal da Constituição refere-se à sua posição hierárquica superior, que não pode ser alterada por leis ordinárias ou complementares (Ferraz Jr., 2016).
- 3. A supremacia material da Constituição abrange os valores e princípios fundamentais que orientam a interpretação e aplicação das normas constitucionais, conferindo-lhe conteúdo valorativo (Silva, 2019).
- 4. A emenda constitucional, mesmo estando sujeita a limitações formais e materiais, deve observar os princípios da supremacia

constitucional, incluindo as cláusulas pétreas (Bonavides, 2018).

5. O controle de constitucionalidade é o mecanismo pelo qual se assegura a supremacia da Constituição, sendo realizado exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal (Alexy, 2010).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.
- b) Apenas as afirmativas 1, 2 e 4 são corroboradas pela literatura acadêmica.
- c) As afirmativas 2, 3 e 5 são validadas por estudos empíricos e teóricos.
- d) As afirmativas 1, 3 e 4 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.
- e) Apenas as afirmativas 1, 2 e 3 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.

35. Aplicabilidade das Normas Constitucionais

As normas constitucionais possuem diferentes graus de aplicabilidade, que determinam seu alcance e eficácia prática. Avalie as afirmativas abaixo e selecione a alternativa correta.

- 1. As normas constitucionais de eficácia plena produzem todos os seus efeitos desde a promulgação da Constituição, independentemente de regulamentação infraconstitucional (Silva, 2019).
- 2. As normas constitucionais de eficácia contida têm aplicação imediata, mas sua eficácia pode ser restringida por norma infraconstitucional, desde que respeitados os limites impostos pela própria Constituição (Canotilho, 2013).
- 3. As normas constitucionais de eficácia limitada dependem de regulamentação infraconstitucional para produzir todos os seus efeitos, sendo classificadas em princípios institutivos e normas de organização (Bonavides, 2018).
- 4. A eficácia das normas constitucionais não pode ser ampliada por atos administrativos ou regulamentares, apenas por meio de lei formal (Ferraz Jr., 2016).
- 5. A teoria da aplicabilidade direta e imediata das normas constitucionais preconiza que todas as normas constitucionais, independentemente de sua classificação, têm aplicação imediata e não necessitam de regulamentação para produzir efeitos (Alexy, 2010).

Alternativas:

- a) Todas as afirmativas são inquestionavelmente verdadeiras.
- b) As afirmativas 1, 2 e 4 são corroboradas pela literatura acadêmica.
- c) Apenas as afirmativas 2, 3 e 4 são validadas por estudos empíricos e teóricos.

- d) As afirmativas 1, 3 e 5 encontram respaldo nas pesquisas contemporâneas.

- e) Apenas as afirmativas 1, 2 e 3 são sustentadas por evidências teóricas e empíricas.

CONHECIMENTOS GERAIS

36. Em relação aos ventos alísios e seus efeitos climáticos, assinale a alternativa correta:

- a) No Hemisfério Sul, os ventos alísios sopram do sudeste em direção ao noroeste, contribuindo para a formação de zonas de convergência intertropical.
- b) Os ventos alísios são responsáveis pela formação de desertos ao redor do mundo devido à sua capacidade de reter umidade nas áreas de alta pressão.
- c) Os ventos alísios sopram das regiões polares em direção ao Equador, trazendo massas de ar frio e seco.
- d) Os ventos alísios são característicos das regiões de alta latitude, onde ocorrem devido ao movimento das massas de ar polar.
- e) Durante o fenômeno El Niño, os ventos alísios se intensificam, resultando em chuvas abundantes e inundações na costa oeste da América do Sul.

37. No âmbito do desenvolvimento urbano no século XIX na Paraíba, qual fenômeno econômico foi preponderante para a expansão e formação das cidades do interior, impulsionando a urbanização e crescimento econômico através de sua cadeia produtiva e comercialização?

- a) Descoberta de minas de ouro
- b) Construção de ferrovias
- c) Ciclo do algodão
- d) Imigração europeia
- e) Expansão da fronteira agrícola

38. Qual grupo étnico indígena tem marcado significativamente a história pré-colonial e colonial do território paraibano, evidenciando uma rica trajetória de resistência e interações culturais com os primeiros colonizadores europeus?

- a) Tupinambá
- b) Guarani
- c) Xavante
- d) Potiguara
- e) Kaingang

39. Considerando os padrões demográficos recentes e suas implicações socioeconômicas no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) O Brasil experimenta uma fase de crescimento populacional acelerado, com altas taxas de natalidade e mortalidade, especialmente nas

regiões Sul e Sudeste, refletindo um padrão demográfico pré-transicional.

- b)** A transição demográfica no Brasil tem resultado em um perfil populacional mais envelhecido, com a expectativa de vida aumentando e a taxa de fecundidade diminuindo, o que pressiona o sistema de previdência e saúde pública devido ao aumento da população idosa.
- c)** A concentração de população em áreas urbanas, particularmente nas metrópoles das regiões Sudeste e Sul, contribui para o fenômeno da "periferização," onde a infraestrutura urbana se expande rapidamente para áreas rurais, melhorando a qualidade de vida nas periferias.
- d)** As políticas de migração interna, promovidas pelo governo federal, têm equilibrado a distribuição populacional entre todas as regiões, reduzindo significativamente as disparidades econômicas e sociais entre o Norte e o Sul do país.
- e)** O fenômeno da migração rural-urbana tem sido revertido nas últimas duas décadas, com um número crescente de pessoas deixando as cidades para se estabelecerem em áreas rurais, em busca de melhor qualidade de vida e oportunidades econômicas.

40. Sobre as características físicas que dominam a topografia da Paraíba, exercendo influência direta sobre as práticas agrícolas e os padrões climáticos observados no estado, assinale a alternativa correta:

- a)** A Paraíba é caracterizada por uma vasta planície litorânea que se estende uniformemente até o sertão, sem grandes variações de altitude.
- b)** A região do Agreste paraibano é marcada por grandes planaltos e chapadas, com altitudes que ultrapassam 2.000 metros em alguns pontos.
- c)** O Pico do Jabre, localizado na Serra do Teixeira, é o ponto mais elevado do estado da Paraíba, com uma altitude de aproximadamente 1.197 metros.
- d)** O sertão paraibano é dominado por depressões e áreas alagadiças, sendo uma das regiões mais úmidas do estado.
- e)** A topografia da Paraíba é composta predominantemente por montanhas altas e densas florestas, similares às da Serra do Mar no Sudeste brasileiro.

FIM